



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 5869/2009 Projeto de Lei : 360/2009

Data e Hora: 01/10/09 17:43:01

Procedência: Fabrício Gandini

Cria o décimo- quarto salário dos professores da rede pública de ensino do Município de Vitória.

EX 14/09

PJ2

VEIO TOTAL

lei 8.379  
AUT. 9462/12  
OF. 114/12



PROJETO DE LEI

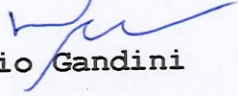
Cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.

Art. 1º - Fica instituída a gratificação de décimo quarto salário aos professores do Sistema Municipal de Ensino de Vitória, lotados e em efetivo exercício do cargo, que obtenham elevação no nível de desenvolvimento da educação nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal.

Art. 2º - Esta legislação será normatizada pelo órgão executivo competente no prazo de 180 dias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 01 de Outubro de 2009.

  
Fabricio Gandini

Vereador PPS

Presidente da Comissão de Educação

Gabinete do Vereador Fabricio Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788  
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532  
Site: [www.fabriciogandini.com.br](http://www.fabriciogandini.com.br) / E-mail: [contato@fabriciogandini.com.br](mailto:contato@fabriciogandini.com.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**FABRICIO**  
**GANDINI**  
VEREADOR

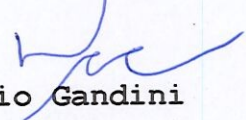
**JUSTIFICATIVA**

A literatura empresarial já conta com vários exemplos positivos de que o incentivo salarial é um eficiente estimulador da produção. Com base nesse conceito, vários municípios no Brasil, inclusive em nosso Estado, já adotam uma bonificação por produtividade dos profissionais da educação.

Trazendo esta experiência para o campo da educação pública municipal, defendemos que os profissionais da educação recebam o décimo quarto salário como forma de proporcionar-lhes um incentivo real ao esforço de estímulo dos alunos em busca de um nível mais elevado de conhecimento, e, conseqüentemente, tornar mais eficaz a qualidade da educação oferecida.

Portanto, este projeto é um pequeno passo no reconhecimento dos educadores como a peça fundamental para o sucesso da educação, pois somente com seu aperfeiçoamento profissional, do qual não pode ser dissociada a satisfação financeira, nossa cidade poderá dar o salto de qualidade que precisa para alcançar a excelência do ensino municipal.

Palácio Atílio Vivácqua, 01 de Outubro de 2009.

  
**Fabrício Gandini**

Vereador PPS

Presidente da Comissão de Educação

**Gabinete do Vereador Fabrício Gandini** - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788

Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532

Site: [www.fabriciogandini.com.br](http://www.fabriciogandini.com.br) / E-mail: [contato@fabriciogandini.com.br](mailto:contato@fabriciogandini.com.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5869	04	<i>[Signature]</i>

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 02/09/09

DIRETOR

*Lauro Curpreste*  
Diretor do Departamento  
Legislativo  
Câmara Municipal de Vitória

INCLUA-SE EM PAUTA P/ DISCUSSÃO ESPECIAL

Em 07/10/09

PRESIDENTE DA CÂMARA

Pautado em 1ª Discussão

Em 08/10/09

Presidente da Câmara

Pautado em 2ª Discussão

Em 13/10/09

Presidente da Câmara

Pautado em 3ª Discussão

Em 14/10/09

Presidente da Câmara



AO SAC (SERVIÇO DE APOIO AS COMISSÕES)  
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO  
AS COMISSÕES ABAIXO.

**COMISSÃO JUSTIÇA**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

**COMISSÃO FINANÇAS**

Em 16 / 10 / 2009

Lauro Cypreste  
Diretor do Departamento  
Legislativo  
Câmara Municipal de Vitória

A Assessoria Jurídica

De ordem do Presidente da Comissão de Justiça  
Terceador Ademar Rocha, estamos encaminhando o processo  
para análise preliminar da matéria.

Em, 19/10/09

SAC - SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES

Jaqueline R. F. Freitas



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	05	Ar

Fls.

**Câmara Municipal de Vitória**  
**Comissão de Justiça**

**AUTOS DO PROCESSO N.º 5869/2009**

**PROJETO DE LEI N.º 360/2009**

**RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, formulado pelo Vereador FABRÍCIO GANDINI, conforme consta no documento de fl. 01.

O referido projeto tem como finalidade, ou seja, "Cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória".

Os autos vieram a Assessoria Técnica para emitir parecer sobre a legalidade da matéria.

É o breve relatório.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto do EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR FABRÍCIO GANDINI se diz respeito na criação junto aos professores da rede Pública Municipal o décimo quarto salário, fato explicitado em 01.10.2009 (doc. de fl. 01) – ainda, sua EXCELENCIA se manifestou, através da justificativa de fl. 02 – sob a ótica da norma legal aplica em relação à matéria propriamente dita.

Por outro lado, há necessidade de se trazer à baila, que a matéria em si está capitulada no artigo 80, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Vitória, motivo pelo qual, não há nenhum ferimento a própria norma legal aplica em relação à matéria.

*Ar*



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	06	Ar

Fls.

**Câmara Municipal de Vitória**  
**Comissão de Justiça**

Outrossim, a título de ilustração, se pode enforçar, que a abstração e a generalidade, elementos da norma jurídica, impedem, muitas vezes, pela amplitude do comando dela emanado, que a regra de direito contenha, em si mesma, um mecanismo para evitar o seu uso ilegítimo, ou para sancioná-lo, naqueles casos em que se simula cumprir a lei, quando, na verdade, se contraria o seu preceito, alcançando-se resultado, objetivamente, outro, motivo pelo qual, se assegura o livre contraditório a uma própria norma legal.

Ainda em relação à matéria, somente a título de ilustração, se pode afirmar tomando-se por base o memorável trabalho de Rui Barbosa "Oração aos Moços", donde lembra a lição do Apóstolo: "ora, dizia São Paulo, que boa é a lei, onde se executa legitimamente. *Bona est lex, si quis ea legitime utatur*" (9ª Ed., Forense, Rio, s/d, p. 40). Sem dúvida, a lei só pode ser usada para fins legítimos, e não como instrumento de deturpação da vontade, nela virtualmente contida.


Sabe-se melhor, que seja a redação das leis, com uso de expressões simples ou precisa linguagem, poderá haver lacunas a ser preenchidas em virtude das ambigüidades e incertezas delas resultantes, razão pela qual não poderá haver outra interpretação a não ser a presente. Portanto, se conclui sem sobra de dúvidas, que a norma é taxativa, não permitindo outra interpretação.

Desta forma é necessário lembrar, que nenhum poder e nenhum princípio são absolutos em um Estado de Direito; o poder não é absoluto, estando sujeito a princípios e regras jurídicas.

Nesse viés, um dos institutos assecuratórios desta segurança jurídica é o direito propriamente dito de um modo geral. Esta tem sua razão de ser no

*Ar.*



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	07	

Fls.

**Câmara Municipal de Vitória**  
**Comissão de Justiça**

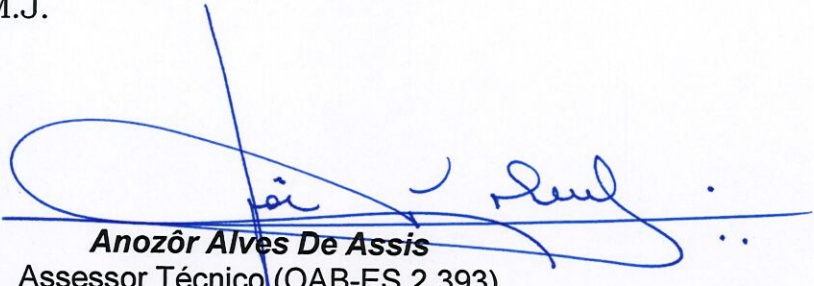
fato de que as relações jurídicas têm, que proporcionar estabilidade e confiança aos destinatários do ordenamento jurídico, pois o direito é concebido para gerar a paz no convívio social.

**CONCLUSÃO**

Mediante o exposto, não existindo vícios de ilegalidade, de inconstitucionalidade ou contrário a Lei Orgânica ou ainda, contrário ao interesse público, opino favorável pela sua apreciação; opino, ainda, que seja dado conhecimento ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR.

É como entendo, S.M.J.

Em 26/10/2009.

  
**Anozôr Alves De Assis**  
Assessor Técnico (OAB-ES 2.393)





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROT. 2009	FOLHA	RUBRICA
5869	08	gr

**COMISSÃO DE JUSTIÇA**

Ao Sr. Vereador... Fábio.....

..... Lube ..... para relatar


Em 11 / 11 / 09.

Presidente

*Seu Hon. Presidente,*

*Segue Parecer em 02 (duas) folhas  
2/ Citadas.*

*em, 10/12/2009*

*Fábio Lube*  
**Fábio Lube Rangel**  
 Vereador - PDT



**GABINETE DO VEREADOR FABIO LUBE**  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PROJETO DE LEI Nº 360/2009**

**Processo Nº 5869/2009**

**Procedência: Fabrício Gandini**

**EMENTA:** Cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.

**PARECER**

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Ilustre Vereador Fabrício Gandini, objetiva Cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.

Após análise técnica pela Comissão de Justiça, teve opinamento favorável à sua apreciação.

Em análise detida verifico que a matéria, vem a prestigiar o magistério Municipal, como ocorreu recentemente com o funcionalismo da área da saúde.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	10	R

Diante do exposto, estando o presente Projeto de Lei em total conformidade com os princípios constitucionais e leis infraconstitucionais que regem a presente matéria, somos pela Legalidade e Constitucionalidade do Projeto de Lei nº. 360/2009.

S. M. J. é o nosso parecer.

Palácio Atílio Vivacqua, 10 de dezembro de 2009.







**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	11	R

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Educação

Ao Sr. Vereador Nazinha

de Oliveira para relatar.

Em 04 / 03 / 2006

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	12	R



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PARECER

Processo nº 5869/2009

Projeto de Lei nº 360/2009

Procedência: Vereador Fabrício Gandini

Comissão de Educação

Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 18 / 03 / 2010

Presidente

**Ementa:** Cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.

### Relatório

O Projeto de lei apresentado pelo nobre Vereador Fabrício Gandini, cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.

O Projeto teve toda a tramitação regimental obedecida, obteve constitucionalidade e legalidade pela Comissão competente. Foi recebido em nosso gabinete para análise do mérito e emissão do parecer.

### Mérito

De acordo com o inciso I, do art. 43 do Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis opinamos sobre a matéria apresentada pelo Vereador no uso de suas prerrogativas regimentais.

Matéria que reconhece a importância do Magistério Municipal, incentivo salarial que concede uma justa percepção, cujo fim é estimulá-los. Assim, vincular o bom desempenho de professores a uma vantagem pecuniária representa um passo para melhorar o nível dos educadores municipais.

### Conclusão

Ante o exposto, **nossa opinião** é pela **Aprovação** da matéria, conforme a redação do Projeto.

ED. Paulo Pereira Gomes, 12 de março de 2010

  
Neuzinha de Oliveira  
Vereadora  
PSDB







**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	13	R

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Finanças

Ao Sr. Vereador Zequito

Maio para relatar.

Em 24/03/2010

[Assinatura]  
Presidente

*Arrecos a matéria para emissão de parecer.  
Redistribuído ao Sr. Vereador Max da Mata  
para emitir parecer.*

*Em, 19/05/10*

[Assinatura]  
**VEREADOR ZEZITO MAIO**

*Encaminho ao Departamento Legislativo  
parecer da Comissão de Finanças.*

*Em 31/05/2010*

*Juliano*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Comissão de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PROCESSO: <u>5869/2009</u>
<u>Aprovado o Parecer</u>
Ao Depto/Legislativo para as devidas providências

Em, 17/06/10

[Assinatura]  
Presidente

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO: 5869/2009

PROJETO DE LEI: 360/2009

AUTORIA: Fabrício Gandini

EMENTA: "Cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória."

### RELATÓRIO:

Trata-se o presente do Projeto de Lei de autoria do Vereador Fabrício Gandini, que cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.

### FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR:

Após análise, profiro voto favorável pela aprovação do projeto, uma vez que os valores referentes à execução do mesmo estão dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. Por todo o exposto, entendo que o presente projeto de Lei não ofende as normas contábeis e financeiras aplicáveis aos entes públicos.

### CONCLUSÃO:

Pelo motivo exarado, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei nº 360/2009, na forma em que foi apresentado.

Palácio Atílio Vivácqua, Vitória/ES, 27 de Maio de 2010.

RELATOR  
MAX DA MATA

[Assinatura]

Maximiano P.d. Mata  
VEREADOR - DEM

[Assinatura]

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, Ed. Paulo Pereira Gomes – 5º andar, sala 501,  
Bento Ferreira – ES – CEP.: 29050-940 – tel.: (27) 3334-4660 / 3334-4661  
e-mail: maxdamata@maxdamata.com.br

[Assinatura]





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5809	15	12

Ao Sr. (a): Rita Pratti  
Para providenciar a extração do avulso.

Em: 23/06/2010

SAC - SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES

Jaqueline R. F. Freitas  
Jaqueline R. F. Freitas

Sr. Diretor, devidamente providenciado,

Em: 23/06/2010

Rita Pratti

Assinatura





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5809	16	R

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

**AVULSO Nº. 196/2010**

<b>PROCESSO</b>	<b>5869/2009</b>
<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>360/2009</b>
<b>EMENTA</b>	<b>Cria o décimo quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.</b>
<b>INICIATIVA</b>	<b>FABRICIO GANDINI</b>
<b>PARECER</b>	<b>Comissão de Justiça – Pela Constitucionalidade Comissão de Educação – Pela Aprovação Comissão de Finanças- Pela Aprovação</b>





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Processo	Folha	Rubrica
5809	17	R

Inclua-se na Pauta da Ordem do Dia

Em, 08/03/2012

PRESIDENTE DA CÂMARA

Adido o Realido  
do Autor.

Em, 08/03/2012

PRESIDENTE

Ao Gabinete do Vereador Fabricio Candine,

Com o pedido de adiamento aprovado, encaminho o presente a V.Exa. devendo ser observado o Regimento Interno no seus prazos.

Em 15/3/2012

Lauro Cypreste

Diretor do Departamento  
Legislativo  
Câmara Municipal de Vitória

16/03/2012. Ao Departamento Legislativo para sua regular tramitação.



Fabricio Gandini  
Vereador - PPS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ÚNICA - APROVAÇÃO ÚNICA  
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em 11/04/2012

*[Assinatura]*  
PRESIDENTE DA CMV

Ao Sr. (Sra.) **Regina Aguiar**  
Para extração do Autógrafo de Lei e  
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 12/04/2012

*[Assinatura]*  
Diretor DEL

*[Assinatura]*  
Lauro Cypreste  
Diretor do Departamento  
Legislativo  
Câmara Municipal de Vitória

Sr. Diretor  
Providenciado a extração do autógrafo  
de Lei de que trata o presente processo  
nesta data.

Em 23/04/2012

*[Assinatura]*  
Regina Cêlia de Aguiar  
Funcionária



**Matéria : Projeto de Lei nº 360/2009****Autoria : Fabrício Gandini**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	18	

**Reunião :** 23º Sessão Ordinária  
**Data :** 11/04/2012 - 19:34:53 às 19:36:25  
**Tipo :** Nominal  
**Turno :** Ata  
**Quorum :**  
**Condição :** Maioria Simples  
**Total de Presentes :** 8 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	Ademar Rocha	PTdoB	Sim	19:35:14
4	Eliézer Tavares	PT	Nao	19:35:08
7	Fabrício Gandini	PPS	Sim	19:35:03
9	Max da Mata	PSD	Sim	19:35:11
11	Neuza de Oliveira	PSDB	Sim	19:35:32
14	Sérgio Sá	PSB	Sim	19:35:14
16	Zecarlinho	PT	Nao	19:35:16

<b>Totais da Votação :</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

**Mesa Diretora da Reunião :**

: Fábio Lube  
: Eliézer Tavares

PRESIDENTE

SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	19	Reg

OF.PRE. AUT. Nº 114

Vitória, 23 de abril de 2012.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o **Autógrafo de Lei nº 9.462/2012**, referente ao **Projeto de Lei nº 360/2009**, de autoria do Vereador **Fabricio Gandini**, aprovado em Sessão realizada no dia 11 de abril de 2012.

Atenciosamente,

  
Reinaldo Matiazzi  
**PRESIDENTE**

Sr.  
Exmo. João Carlos Coser  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Processo: **2665749/2012** Prioridade: **NORMAL**  
Data: 26/04/2012 Hora: 08:18  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: AUTOGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 114/2012  
Destino: **SECOP/GAB**  
Volume: 01/01



Proc. Nº 5869/2009-CMV  
LC/rrt





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	19	RCA

### **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 9.462**

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 360/2009**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

**Cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.**

**Art. 1.** Fica instituído a gratificação de décimo quarto salário aos professores do Sistema Municipal de Ensino de Vitória, lotados e em efetivo exercício do cargo, que obtenham elevação no nível de desenvolvimento de educação nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal.

**Art. 2º.** Esta legislação será normatizada pelo órgão executivo competente no prazo de 180 dias.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 23 de abril de 2012.

  
Reinaldo Matiazzi  
**PRESIDENTE**

  
José Francisco Maio Filho  
**1º SECRETÁRIO**

  
Eliézer de Albuquerque Tavares  
**2º SECRETÁRIO**





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

Sr. Diretor

Encaminhado para expediente externo

O Veto total apostado ao

Autógrafo de Lei nº 9.462/12 em anexo.

Em, 14/05/2012

*Edmilson Lucena Filho*  
Assistente Administrativo  
Matr.: 2407  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE EXTERNO

EM, 16/05/2012

DIRETOR/DEL

*Lauro Cypreste*  
Diretor do Departamento  
Legislativo  
Câmara Municipal de Vitória

AO DEL

Para providenciar os demais encaminhamentos  
regimentais relativos ao presente processo.

Em, 16/05/2012

Presidente da Sessão

**SEM EFEITO**  
**ARQUIVADO**  
**SEM EFEITO**  
Em, 16/05/2012

*Lauro Cypreste*  
Diretor do Departamento  
Legislativo  
Câmara Municipal de Vitória

*Em anexo*





Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	21	

GAB/632

Vitória, 11 de maio de 2012

Senhor Presidente:

Encaminhado através do Ofício nº 114/12, dessa Presidência, cientifiquei-me do Autógrafo de Lei nº 9.462/12, originário do Projeto de Lei nº 360/09, de autoria do então Vereador Fabrício Gandini Aquino, que cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.

Em conformidade com o Opínamento Jurídico nº 218/12, da Procuradoria Geral do Município, veto a matéria em sua totalidade, usando da competência que me é delegada no Art. 113, inciso IV, e na forma do que dispõe o § 2º, do Art. 83, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

Renovando meus protestos de consideração para com os postulantes dessa Egrégia Casa de Leis, espero o apoio para manutenção do veto aposto.

Atenciosamente,

João Carlos Coser  
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

Vereador Reinaldo Matiazzi

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.2665749/12 - PMV

5869/09 - CMV

stn





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5868	22	

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

**OPINAMENTO Nº. 218/2012**

**Processo nº: 2665749/2012**  
**Requerente: Câmara Municipal de Vitória**  
**Assunto: Autógrafo de Lei**

À PGM/CEJUR,

A SECOP solicita desta PGM análise jurídica do Autógrafo de Lei constante à fl.02, cuja ementa é a seguinte: "Cria o décimo-quarto salário dos professores da rede Pública de Ensino do Município de Vitória".

À fl.03 consta texto justificativo com a exposição de motivos para a presente proposição legal.

É o breve relatório.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº. 360/2009, elaborado por iniciativa do Ilmo. Sr. Vereador Fabrício Gandini, contido no Autógrafo de Lei nº 9.462/2012, segue com o escopo de, repise-se, instituir gratificação de décimo quarto salário aos professores lotados na rede municipal de ensino, entre outros critérios estipulados.

Preambularmente, faz-se necessário destacar, antes de mais, que o conteúdo proposto pelo projeto de lei em referência apresenta manifesto vício de iniciativa por parte do executivo municipal, eis que incorre em transgressão especificamente ao inciso I, parágrafo único do art. 80 de nossa Lei Orgânica, "verbis":





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

**Art. 80.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica, cabe a:

- I - a qualquer Vereador ou comissão da Câmara Municipal;
- II - ao Prefeito Municipal;
- III - aos cidadãos.

**Parágrafo único.** São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

- I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (g.n.)

[...]

Com relação ao dispositivo acima transcrito, verifica-se, sem maiores complexidades, que o legislador da LOMV ao delimitar os temas cuja competência privativa será do Chefe do Poder Executivo, o fez, como cláusula de repetição obrigatória, à luz da Constituição Federal, particularmente em seu art. 61, § 1º, inciso II, alínea "a", "verbis":

**Art. 61. (...)**

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; (g.n.)

Para bem ilustrar esse estudo, cabe notar, ainda, que a Constituição Estadual também reitera os termos do dispositivo constitucional em referência, senão vejamos:

**Art. 63. (...)**

**Parágrafo único** - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (g.n.)

Da mais perfunctória análise processual, observa-se que a proposta de lei encaminhada segue em contraposição às





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5868	22	

**OPINAMENTO Nº. 218/2012**

**Processo nº: 2665749/2012**  
**Requerente: Câmara Municipal de Vitória**  
**Assunto: Autógrafo de Lei**

À PGM/CEJUR,

A SECOP solicita desta PGM análise jurídica do Autógrafo de Lei constante à fl.02, cuja ementa é a seguinte: "Cria o décimo-quarto salário dos professores da rede Pública de Ensino do Município de Vitória".

À fl.03 consta texto justificativo com a exposição de motivos para a presente proposição legal.

**É o breve relatório.**

**FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº. 360/2009, elaborado por iniciativa do Ilmo. Sr. Vereador Fabrício Gandini, contido no Autógrafo de Lei nº 9.462/2012, segue com o escopo de, repise-se, instituir gratificação de décimo quarto salário aos professores lotados na rede municipal de ensino, entre outros critérios estipulados.

Preambularmente, faz-se necessário destacar, antes de mais, que o conteúdo proposto pelo projeto de lei em referência apresenta manifesto vício de iniciativa por parte do executivo municipal, eis que incorre em transgressão especificamente ao inciso I, parágrafo único do art. 80 de nossa Lei Orgânica, "verbis":





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

**Art. 80.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica, cabe a:  
I - a qualquer Vereador ou comissão da Câmara Municipal;  
II - ao Prefeito Municipal;  
III - aos cidadãos.

**Parágrafo único.** São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (g.n.)

[...]

Com relação ao dispositivo acima transcrito, verifica-se, sem maiores complexidades, que o legislador da LOMV ao delimitar os temas cuja competência privativa será do Chefe do Poder Executivo, o fez, como cláusula de repetição obrigatória, à luz da Constituição Federal, particularmente em seu art. 61, § 1º, inciso II, alínea "a", "verbis":

**Art. 61. (...)**

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; (g.n.)

Para bem ilustrar esse estudo, cabe notar, ainda, que a Constituição Estadual também reitera os termos do dispositivo constitucional em referência, senão vejamos:

**Art. 63. (...)**

**Parágrafo único** - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (g.n.)

Da mais perfunctória análise processual, observa-se que a proposta de lei encaminhada segue em contraposição às





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	23	

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

premissas inerentes ao processo legislativo no âmbito deste Município, porquanto a referida conduta que se pretende normatizar, ao negligenciar as atribuições definidas pelo texto orgânico, apresenta-se, S.M.J., como verdadeiro contrassenso quando subsumida ao axioma da legalidade.

Pode-se afirmar, conforme construção da melhor doutrina, que a produção de atos legislativos deverá observar a denominada **teoria da compatibilidade vertical**, quando determinada norma deverá, indispensavelmente, observar a hierarquia de seu regramento superior específico, como claramente olvidou-se no presente caso.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 3176/AP (rel. Min. Cezar Peluso, 30.06.2011. ADI-3176), pontificou:

Por reputar usurpada a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciar projeto de lei **que verse sobre aumento de remuneração de cargos, funções e empregos públicos na Administração direta e autárquica** (CF, art. 61, § 1º, II, a e c), o Plenário julgou procedente pedido formulado em ação direta, ajuizada pelo Governador do Estado do Amapá, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 740/2003, daquele ente federativo. O mencionado diploma legal, de iniciativa parlamentar, autoriza o Chefe do Poder Executivo local a conceder Adicional de Desempenho - SUS aos servidores em gozo de férias e/ou licença prêmio por assiduidade e/ou licença maternidade e/ou licença por motivo de doença e dá outras providências. (g.n.)

Resta necessário destacar, ancorando-nos no entendimento da Suprema Corte, que o vício de iniciativa consiste justamente na inconstitucionalidade ou ilegalidade por ação, isto é, quando um representante público apresenta uma proposta de lei cuja competência não era detentor, por explícita determinação constitucional ou de sua Lei Orgânica respectivamente.

De toda sorte, além de padecer de inconstitucionalidade, desarrazoado seria acolher proposição legal de caráter





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

essencialmente político, sem qualquer planejamento prático entre os entes ou previsibilidade orçamentária, hipótese que culminaria em considerável dano ao erário público.

Assim sendo, evidenciada a inconstitucionalidade, via reflexa, do presente projeto ante à Constituição Federal e Estadual e a ilegalidade ante à Lei Orgânica ao tangenciar tema de atribuição privativa do Prefeito Municipal, **entende-se pelo veto em sua totalidade.**


Por fim, não obstante a secretaria responsável pela pasta quedar-se silente acerca da viabilidade de aprovação do projeto apresentado, sobre os contornos jurídicos da questão e pelos argumentos acima delineados é o que julgamos oportuno destacar, submetendo esta análise à consideração superior.

**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, manifestamo-nos pelo **VETO TOTAL** do Autógrafo de Lei nº 9.462/2012 de Autoria do Ilmo. Sr. Vereador Fabricio Gandini, ante à inconstitucionalidade de seu conteúdo frente à Constituição da República e a Constituição Estadual e a ilegalidade ante à Lei Orgânica deste Município, com fulcro no art. 83, § 2º da LOMV.

É como entendemos, S.M.J.

Vitória-ES, 09 de maio de 2012.

  
**Carolina Rosetti de Almeida**  
Assessor Técnico/PGM/AT  
OAB/ES nº16.846





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	SERIE
5869	2h	P

AO S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)  
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO  
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_
- 4) \_\_\_\_\_

EM 18 / 05 / 2012

DIRETOR DEL

**COMISSÃO DE JUSTIÇA**

Ao Sr. Vereador Fabio.....

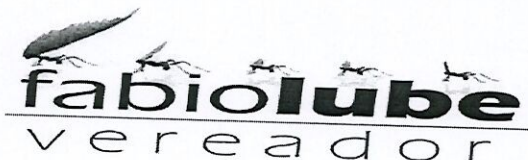
Lube..... para relatar

Em 30 / 05 / 2012

Presidente



**GABINETE DO VEREADOR FABIO LUBE**  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**fabiolube**  
vereador

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 360/2009**

**Processo Nº 5869/2009**

**Procedência: VEREADOR FABRICIO GANDINI**

**EMENTA: 'Cria o décimo quarto salário dos professores da rede pública de ensino do Município de Vitória'.**

Trata-se de Veto total ao Autógrafo de Lei, de iniciativa do Vereador Fabricio Gandini, que **'Cria o décimo quarto salário dos professores da rede pública de ensino do Município de Vitória'**.

A fundamentação do Veto, tem alicerce na fundamentação apresentada pelo Poder Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, às fls. 22/23 (verso), que em suma aduz que "...a produção dos atos legislativos deverá observar a denominada **teoria da compatibilidade vertical**, quando determinada norma deverá, indispensavelmente, observar a hierarquia de seu regramento superior...".

Em análise às razões apresentadas para o veto da matéria em sua totalidade, verifica-se que a mesma procede, sendo de todo pertinente, em especial, sob o prisma da hierarquia dos poderes.

Ademais, embora louvável a iniciativa parlamentar, não merece ser sancionada, pois esbarra ainda em vício de iniciativa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	26	R

Diante do exposto, com suporte na legislação pertinente a matéria, nosso parecer pela **MANUTENÇÃO** do veto oposto pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

S. M. J é o nosso parecer.

Palácio Atílio Vivacqua, 26 de junho de 2011.

  
**FABIO LUBE RANGEL**

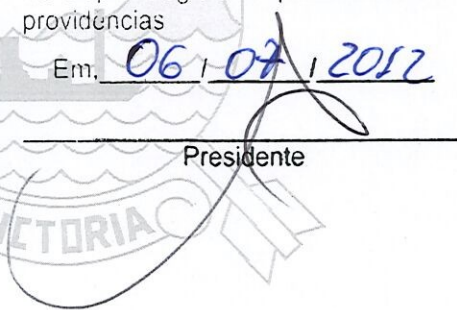
**Vereador – PDT**

Comissão de Justiça

Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 06 / 07 / 2012

  
Presidente





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUERICA
5809	27	R

Ao Sr. (a): Rita Pratti  
Para providenciar a extração do avulso.

Em: 24/07/2012

SAC - SERVIÇO DE APOIO AS COMISSÕES

Jaqueline R. F. Freitas  
Jaqueline R. F. Freitas

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em 27/07/2012

Rita Pratti  
ASSINATURA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	DATA
5869	28	R



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**  
**231/2012**

<b>PROCESSO</b>	<b>5869/2009</b>
<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>360/2009</b>
<b>EMENTA</b>	<b>Cria o décimo- quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.</b>
<b>INICIATIVA</b>	<b>FABRÍCIO GANDINI</b>
<b>PARECER</b>	<b>Comissão de Justiça- Pela Manutenção do Veto .</b>





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	29	R

inclua-se na Pauta da Ordem do Dia

Em 08 / 11 / 2012

PRESIDENTE DA CÂMARA

Rejeitado Veto Total por 09 x 04 votos  
Encaminha-se ao DEL para comunicar ao Executivo.

Em 08 / 11 / 2012

Presidente da Câmara

AO SR. (SRA) Regina Aguiar  
PARA COMUNICAR POR OFÍCIO AO EXECUTIVO A  
REJEIÇÃO TOTAL DO VETO AO PROJETO DE  
LEI QUE TRATA O PRESENTE PROCESSO.

EM 9 / 11 / 2012

DIRETOR DEL

Lauro Cypreste  
Diretor do Departamento  
Legislativo  
Câmara Municipal de Vitória

Sr. Diretor,

Devidamente providenciado.

Em, 09/11/2012.

RCA  
Regina Célia de Aguiar  
Funcionária

Esgotado o prazo regimental a Lei foi promul-  
gada - recebendo o nº 8.379 / publicada  
em 07/12/12. (Fl. 32)

Em, 07/12/12.

RCA  
Regina Célia de Aguiar  
Funcionária





ARQUIVE-SE  
Em 10/12/2012  
Câmara Municipal de Vitória

REQUERER: [illegible]  
OBJETO: [illegible]  
FUNDAMENTO: [illegible]

DIRETOR DEL



**Matéria : Veto Total ao Projeto de Lei nº 360/2009**  
**Autoria : Fabrício Gandini**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	30	

**Reunião :** 79ª Sessão Ordinária  
**Data :** 08/11/2012 - 18:57:37 às 18:58:08  
**Tipo :** Secreta  
**Turno :** Ata  
**Quorum :** Maioria Absoluta  
**Total de Presentes :** 13 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	Ademar Rocha	PTdoB	Secreto	18:57:51
2	Aloísio Varejão	PSDB	Não Votou	
3	Dermival Galvão	PMDB	Secreto	18:57:52
4	Eliézer Tavares	PT	Não Votou	
6	Fábio Lube	PDT	Secreto	18:57:48
7	Fabrício Gandini	PPS	Secreto	18:57:41
8	Luisinho	PDT	Secreto	18:58:01
9	Max da Mata	PSD	Secreto	18:57:43
10	Namy Chequer	PC do B	Secreto	18:57:57
11	Neuza de Oliveira	PSDB	Secreto	18:57:54
12	Reinaldo Bolão	PT	Secreto	18:57:44
13	Sérgio Magalhães	PSB	Secreto	18:57:48
14	Sérgio Sá	PSB	Secreto	18:57:52
16	Zecarlino	PT	Secreto	18:57:49
15	Zezeito Maio	PMDB	Secreto	18:57:45

**Totais da Votação :**

**SIM**  
**4**

**NÃO**  
**9**

**TOTAL**  
**13**

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5869	33	Rei.

OF.PRE.VT. Nº 096

Vitória, 09 de novembro de 2012.

Assunto: **Comunicação.**

Senhor Prefeito,

Comunico que a Câmara, em sessão realizada no dia 08 de novembro do corrente exercício, **rejeitou o Veto Total** apostado por V.Exa. ao **Projeto de Lei nº 360/2009**, de autoria do Vereador **Fabício Gandini**, referente ao **Autógrafo de Lei nº 9.462/2012**.

Atenciosamente,

  
Reinaldo Matiazzi  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
João Carlos Coser  
Prefeito Municipal de Vitória  
**NESTA**

Proc. nº 5869/2009 - CMV  
Proc. nº 2665749/2012 - PMV  
LC/lua.

Protocolado: **22804/2012** **JUNTADA**  
Data: 19/11/2012 Hora: 17:24  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Órgão Destino: **SEMAD/GAL/CPA/EPG**  
Assunto: INFORMANDO QUE REJEITOU O VETO  
Documento: OFICIO  
Número Documento: 96/2012



Obs: Max.5 andamentos. Prazo de arquivo 2 anos, após eliminar.





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

Publicado no DIO  
Em, 07/12/2012  
plreca  
Departamento de Documentação e Informação

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	SERIE
5869	32	RCA

## LEI Nº 8.379

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

### **Cria o décimo-quarto salário dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Vitória.**

**Art. 1.** Fica instituído a gratificação de décimo quarto salário aos professores do Sistema Municipal de Ensino de Vitória, lotados e em efetivo exercício do cargo, que obtenham elevação no nível de desenvolvimento de educação nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal.

**Art. 2º.** Esta legislação será normatizada pelo órgão executivo competente no prazo de 180 dias.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Attílio Vivácqua, 05 de dezembro de 2012.

Reinaldo Matiazzi  
**PRESIDENTE**



Publicado no DIO  
Em, 07/12/2012  
PL RPA  
Departamento de Documentação e Informação

**LEI Nº 8.379**

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	NÚMERO
5869	33	RPA

**Cria o décimo-quarto  
salário dos professores da  
Rede Pública de Ensino do  
Município de Vitória.**

**Art. 1.** Fica instituído a gratificação de décimo quarto salário aos professores do Sistema Municipal de Ensino de Vitória, lotados e em efetivo exercício do cargo, que obtenham elevação no nível de desenvolvimento de educação nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal.

**Art. 2º.** Esta legislação será normatizada pelo órgão executivo competente no prazo de 180 dias.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Attílio Vivácqua, 05 de dezembro de 2012.

  
Reinaldo Matiazzi  
**PRESIDENTE**

*Recebi em 06/12/12*  
*Joana*